

GUINÉ EQUATORIAL

Escolas fechadas a adolescentes grávidas

O ANO lectivo na Guiné Equatorial arrancou no mês passado com uma nova medida que divide o país, ao determinar que as adolescentes grávidas ficam interditas de frequentar a escola.

Para se poderem matricular, as adolescentes tiveram de realizar um teste de gravidez, com o resultado positivo a ditar o fim do acesso à educação.

Falando à televisão estatal, a vice-ministra da Educação da Guiné Equatorial, Maria-Jesus Nkara, afirmou que a nova medida foi pensada para encorajar as jovens em idade escolar a se protegerem contra gravidezes não desejadas.

Um mês depois do início do ano lectivo, é ainda muito cedo para saber quantas raparigas foram afectadas pela interdição num país onde as adolescentes sofrem uma elevada pressão para



As meninas tiveram de realizar teste de gravidez para se matricularem

constituir família.

Dados do Banco Mundial indicam que a taxa de natalidade

entre as adolescentes da Guiné Equatorial, com idades entre os 15 e os 19 anos, era de 110 em

1.000 em 2014.

Trata-se de um número significativamente maior do que a média

global – 44 em 1000 –, apesar de inferior a outras nações africanas, como Angola (167).

As organizações de defesa dos Direitos Humanos têm criticado as autoridades por violarem o direito à educação, qualificando esta medida como mais um exemplo de repressão no país, governado pelo Presidente Teodoro Obiang desde 1979.

Contudo, as opiniões no país dividem-se, segundo alunos e professores ouvidos pela Agência noticiosa francesa AFP.

“É uma boa decisão”, afirmou Sabina, de 13 anos, considerando que ir para a escola grávida mostra “uma falta de respeito”. Já para o professor Gerardo Ndong, a decisão é “tola”.

Trifonia Melibea, socióloga e professora na Universidade Nacional da Guiné Equatorial, considerou que “estas adolescentes estão a ser privadas do direito

fundamental à educação” e que a medida “é um insulto”.

A docente universitária adverte ainda que a medida pode levar as jovens a tentar fazer abortos em “condições desumanas”.

Na Guiné Equatorial, país membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com uma população estimada em 800 mil habitantes, o aborto é legal apenas se houver risco para a saúde da mãe e com a autorização do cônjuge ou dos pais.

Efua, cuja filha de 14 anos está grávida, defende que o Governo deve abrir uma escola “especialmente para jovens grávidas”.

O elevado número de gravidezes entre adolescentes também pode estar relacionado com a ausência de protecção legislativa dos menores contra o assédio sexual, o que significa que os homens podem continuar a cometer abusos impunemente. - LUSA